

San Paulo Gas Company

e as promessas desiguais da modernização

Renata Geraissati
Castro de Almeida
Colaboração: Diógenes Sousa
Arte: Eduardo Grigaitis

Casa das Retortas, no Brás. Acervo Fundação Energia e Saneamento.



Diretora: Adriana Rizkallah


OS VAMPIROS DO POVO

**A PODEROSA COMPANHIA ELEVA
DE 'MOTU-PROPRIO' OS DEPOSITOS DE
GARANTIA DE CONSUMO, SEM
AUCTORISAÇÃO LEGAL**

A poderosa Companhia de Gaz, por um acto discrecional, cujo fundamento legal se ignora, acaba de elevar o "quantum" das caucões, sob pretexto de que, estando o seu ruim producto mais

DR. CARLOS DE CAMPOS

pennar no Senado o mandato
lhe foi conferido pelo Partido
publicano do Estado.




O illustre político, proclamado eleito presidente da Câmara Municipal, dr. Antonio Lobo, proferiu emocionante discurso de despedida, sendo em seguida abraçado por todos os srs. deputados.

Oraram então os srs. drs.

presidente

determinavam, não podia a Câmara dos Deputados confirmar, perante os funcionários allí reunidos, as palavras de elogio que acabava de proferir.



cendo profundamente as pa-
do dr. Carlos de Campos,
da sua incomparavel e en-
dora bondade.

Dr. João Sampaio, escolhido para "leader" dos funcionários da S. ria,

A hipótese de arriscar alguns níckeis, fornecendo ao consumidor o gás sem uma caução que cubra à larva o consumo prova-

Antigamente, a caução para o consumo normal, de cozinha ou de iluminação, era de 30\$000. De lá isto era necessário que a

recebe em caução. O argumento não se fará esperar por banda dos defensores do polvo, si elles vierem affrontar a indignação pu-

da. Trinta mil reis era a caução mínima que a Companhia tolerava — e sessenta quando o consumidor se utilizava do gaz, si-

que já era desproporcionada, que não estava em relação com o consumo das classes humildes, acaba de ser elevada a CINCOEN-

não vá além de dez mil réis mensaes, tem de depositar cincoenta como garantia! Debalde percorremos os contractos da Com-

Tal faculdade não se acha consignada naquelles instrumentos juridicos. E não consta que, por qualquer sanção official, a Com-

Não é exagerado calcular que

predios não pôde pagar menor tributo ao sindicato estrangeiro que nos espolia. Não é sahir fóra das fronteiras da verdade suppor

que, dos 20.000 consumidores, metade se utilizem do gaz tam-

O periódico denunciava a “poderosa empresa” pela prática de exigir altas cauções aos consumidores — valores de 30\$000, posteriormente elevados a 50\$000 réis — como garantia para o fornecimento de gás destinado à iluminação e ao cozimento doméstico.

Em um momento em que São Paulo contava com cerca de meio milhão de habitantes, apenas 20 mil dispunham do serviço, e o jornal via na cobrança um símbolo de exclusão e abuso econômico.

O texto descreve o procedimento da cobrança do valor da caução em detalhes: fiscais da companhia visitavam as residências e, conforme o número de bocas do fogão ou o tamanho da família, determinavam o montante a ser depositado para a companhia. Trinta mil réis era a quantia mínima, sessenta mil quando o gás era usado simultaneamente para calor e iluminação.

A Gazeta via nesse sistema um método sofisticado de extorsão do cliente, financiando o progresso da empresa à custa dos consumidores que, segundo o jornal, tornavam-se “acionistas forçados” de uma empresa privada. Mais que uma simples reclamação tarifária, a crítica expressava o desconforto com a modernidade desigual que se instalava na capital.

O gás, símbolo do progresso urbano e da vida moderna, surgia como privilégio. O acesso a ele não dependia apenas da instalação de tubos e registros, mas da capacidade de pagar por um conforto que se apresentava como marca de distinção.

O sr. Gustavo Maciel, presidente
Camara Municipal de Bauru', offic
no dr. Rodrigues Alves, presidente

Está na directoria da Segurança Pública a carta de naturalização de Alfredo Abel Fernandes.

Mot de la fin
— Supponho que levantarás um bello monumento á memoria de teu esposo.
— A' sua memoria? — mas si o po-
der Ricardo não tinha memoria! Ainda

HOSPEDES E TOURISTES

respons
sub-d
fiez u
cende

leu o sr. Joaquim Morse, director da Secretaria, que a bella allocução agradeceu profundamente as palavras do sr. de Campos fructo

São Paulo, 20.000 con-
s de gaz. Uma cidade
de quinhentos mil habi-
mais de quarenta mil

Companhia. Visam a
hypotheses. Mas a
muito peor. A reali-

instad
por l

ção de tub
m conforto c

os e registros
ue se apres

ntava como

capacidade de
marca de d

estincão

A história da Companhia de Gás em São Paulo começa décadas antes da denúncia. A concessão da iluminação pública, restrita à área central, foi transferida em 1869 a um grupo de empresários ingleses que fundou, em Londres, a San Paulo Gas Company Ltd..

Em 6 de janeiro de 1872 acenderam-se, de modo experimental, os primeiros lampiões a gás da capital, e em 28 de agosto do mesmo ano a empresa recebeu, por decreto imperial, a concessão oficial para atuar no Brasil Império.

Inicialmente, o contrato garantia o monopólio do fornecimento de gás tanto para a iluminação pública quanto para a particular.

Apenas em 1897, com a promulgação da Lei n.º 440 de 1896, a Companhia obteve autorização para estender seus serviços ao fornecimento de combustível para uso doméstico e industrial.

O gás, que iluminava ruas e praças, começava a penetrar também nos interiores das casas e oficinas. Logo, o papel do abastecimento de fogões e aquecedores nas residências e comércio suplantou o da iluminação.

Os Relatórios da própria Companhia mostram que, em 1910, o consumo para iluminação particular era de 5.386.878 metros cúbicos, enquanto o destinado aos fogões era de 2.489.020.

Em 1916, essa relação se inverteria: 1.956.326 metros cúbicos para iluminação e 7.927.498 para fogões e aquecedores (p.41).

O gás, presente desde o final do século XIX, representava uma promessa de conforto doméstico com fogões mais limpos e cozinhas mais modernas.

Nas cozinhas paulistanas, o gás substituía o carvão e a lenha, reduzindo fuligem e tempo de preparo, se tornando um símbolo de eficiência e civilização. A instalação de encanamentos exigia reformas caras, e as tarifas tornavam o serviço inviável para a maioria.



Operários na construção da estrutura do gasômetro do Brás. Ao lado: no centro da cidade, poste de iluminação a gás.

O gás, assim como a água encanada e o esgoto, consolidava-se como um marcador de hierarquia urbana.

A produção de gás era um processo complexo e industrial. O carvão era queimado em ambientes fechados — as chamadas retortas — e submetido a temperaturas altíssimas que provocavam o desprendimento da parte volátil, coletada por canalizações situadas na parte

superior das câmaras. Dessa mistura resultavam gás e alcatrão.

Após a separação e purificação, o gás era armazenado nos gasômetros — grandes reservatórios metálicos flutuantes sobre tanques de água.

Essas estruturas, formadas por anéis concêntricos, subiam e desciam conforme o volume armazenado, mantendo constante a pressão da distribuição.

O primeiro gasômetro de São Paulo foi construído em 1872, na Chácara do Ferrão no Brás. A região, conhecida posteriormente como Rua do Gasômetro, se tornaria um marco da infraestrutura urbana e industrial da cidade. Hoje é um polo de lojas de madeira e acabamento para móveis

Dali partiam as tubulações que levavam o gás aos bairros centrais, conectando São Paulo a uma rede subterrânea de energia e consumo.



O processo de produção do gás era complexo. Nas fotos é possível ter uma noção da quantidade de carvão necessária para abastecer a cidade que demandava o uso do gás de maneira acelerada. Tudo era processado na Casa das Retortas, na região do Parque Dom Pedro, de onde partiam as redes de distribuição.

Mas o custo do serviço e o sistema de cauções mantinham a exclusão: a energia que modernizava o cotidiano era, ao mesmo tempo, um privilégio de poucos.

É nesse contexto que, em 1915, A Gazeta lança sua série de artigos intitulada “Os Vampiros do Povo”. A crítica era dupla: econômica e moral.

O jornal calculava que a Companhia lucrava cerca de 80 contos de réis anuais apenas com as cauções dos consumidores — valores “extorquidos ao público”.

A empresa pagava juros de 4% sobre os depósitos, mas utilizava esse mesmo dinheiro para investir em hipotecas, imóveis e comércio, com retornos superiores a 12%. A diferença, dizia o jornal, alimentava um lucro “sem trabalho”, sustentado pelos próprios consumidores.

Quem tentasse reaver o depósito feito na companhia enfrentava longas esperas e cobranças adicionais: o valor jamais era devolvido.

“Todo o dinheiro que caía nos cofres da empresa era automaticamente incorporado ao seu capital”, dizia A Gazeta, “e o público era o acionista forçado que jamais receberia juros e jamais poderia reaver o capital extorquido”.

O periódico lembrava ainda que, em nenhum outro país, exigia-se depósito semelhante. França, Bélgica, Espanha e Portugal adotavam apenas termos de confiança entre empresa e consumidor.

Via-se, portanto, na prática paulistana, um sintoma do desequilíbrio entre poder econômico e interesse público — tema recorrente na história urbana brasileira.

Três dias após a primeira denúncia, em 19 de julho de 1915, A Gazeta retomou o tema com novas manchetes: “Mil e quinhentos contos que os donos não tornam a ver” e “O gás, em São Paulo, é mais caro do que em qualquer parte do mundo”.

O jornal confrontava a Companhia com dados comparativos: o metro cúbico de gás custava 92 réis em Bruxelas, 119 em Madri, 128 em Lisboa e 242 em São Paulo.

Além do escândalo tarifário, havia uma outra provocação. O periódico alertava que a Companhia não oferecia garantias de restituição dos depósitos caso viesse a falir — e que a falência era possível, diante da ascensão de uma nova concorrente: a eletricidade.

A imprensa reconhecia que o gás perderia terreno frente à energia elétrica, que custava três vezes menos e apresentava novas possibilidades de uso.

“Na Europa”, dizia o texto, “inúmeras fábricas de gás estavam sendo fechadas em função da concorrência com a eletricidade”.

Essa disputa tecnológica refletia uma mudança: o gás havia sido o combustível da cidade oitocentista e a eletricidade, símbolo do século XX, prometia um novo horizonte de eficiência.

Mil e quinhentos contos que os donos não tornam a ver

O syndicato do gaz não oferece garantia alguma dos depósitos e cauções que extorque ao publico

No caso provavel de fallencia, a Companhia não poderá reembolsar os depósitos

O gaz, em S. Paulo, é mais caro do que em qualquer parte do mundo

Já vimos que a omnipotente Companhia do Gaz, com o systema das cauções de consumo, conserva presentemente em seu poder mil e quinhentos contos de réis. Esse capital, que ao publico pertence, e uma fonte de acultados lucros para o syndicato estrangeiro. Quem, neste momento de crise geral e de raridade do dinheiro, dispõe dum capital realiado de mil e quinhentos contos — e realiado pelo consumidor — está seguro de o poder multiplicar com toda a facilidade. Extorquindo ao publico, tal e qual quantia, a titulo “quase gratuito, a Companhia pode dispor do capital dos accionistas. E’ uma sumpreza de que o publico é, ao mesmo tempo, do lucro e cliente, accionista e consumidor, com a differença de que, como accionista forçado, nada recebe, e como cliente, paga mais caro do que em qualquer parte um produto, tambem mais mau do que em qualquer parte. Os lucros não são para os verdadeiros accionistas da Companhia; são para os organosutores e directores da qual rapina, que não se differencia assazmente, no engenho como espolia o publico, das “mutuas” que ultimamente cabiram, sob a alcunha politica...

A Companhia exige do publico paulista o deposito de mil e quinhentos contos para lhe fornecer o gaz. A Companhia não tem confiança alguma no consumidor. A Companhia anticipadamente se segura contra todos os riscos provaveis, exigindo cauções que, somadas, ficam, tal

vez, muito acima do valor das suas propriedades e machinamentos. Esta muito bem. MAS QUEM GARANTE AO PUBLICO OS MIL E QUINHENTOS CONTOS QUE ELLE DEPOSITOU NA COMPANHIA?

Não se trata dum deposito em confiança. Trata-se dum deposito forçado, obrigatorio, exigido pela Companhia, e em o qual ella não fornece nem calor ao publico. A Companhia, como todas as empresas de utilidade publica, tem o dever de garantir a continuidade da sua actividade. Pode ser victima de uma catastrophe. Pode extinguir-se por diminuição successiva do valor dos seus edificios, por perda de habilitação dos seus empregados, por qualquer outro facto que, vindo pouco a pouco em realidade, nesse caso — o da fallencia da empresa — o publico, que não tem culpa, deve dar, por seu turno, garantia dos depósitos que recebe em caução. Onde está a responsabilidade dos VALORES A RESTITUIÇÃO DOS MIL E QUINHENTOS CONTOS QUE ELLE LA’ TEM DEPOSITADOS?

Quem tanto supera do publico, que não é capaz de fornecer, de seu metro cubico de gaz, tanta em confiança, deve dar, por seu turno, garantia dos depósitos que recebe em caução. Onde está a responsabilidade dos VALORES A RESTITUIÇÃO DOS MIL E QUINHENTOS CONTOS QUE ELLE LA’ TEM DEPOSITADOS?

Quem tanto supera do publico, que não é capaz de fornecer, de seu metro cubico de gaz, tanta em confiança, deve dar, por seu turno, garantia dos depósitos que recebe em caução. Onde está a responsabilidade dos VALORES A RESTITUIÇÃO DOS MIL E QUINHENTOS CONTOS QUE ELLE LA’ TEM DEPOSITADOS?

nado

(A aula alegre de Volulhu)



Assim como quando a água passou a ser um bem cobrado da população, após a criação da Cia Cantareira, a concessão dos serviços de produção e distribuição de gás foi alvo de severa crítica da imprensa, que inflamava o debate sobre qual tecnologia seria melhor para a cidade. O gás ou a eletricidade.

Com a chegada da São Paulo Tramway, Light and Power Company, em 1899, a nova empresa canadense trouxe capital e tecnologia para explorar a geração e a distribuição de energia elétrica, além dos bondes eletrificados e da iluminação pública a eletricidade.

Em 1912, a Light adquiriu o controle acionário da San Paulo Gas Company, que necessitava de investimentos para modernizar suas instalações e o gás foi progressivamente deslocado de sua função original. Com a perda do contrato de iluminação pública, encerrado definitivamente em 1936.

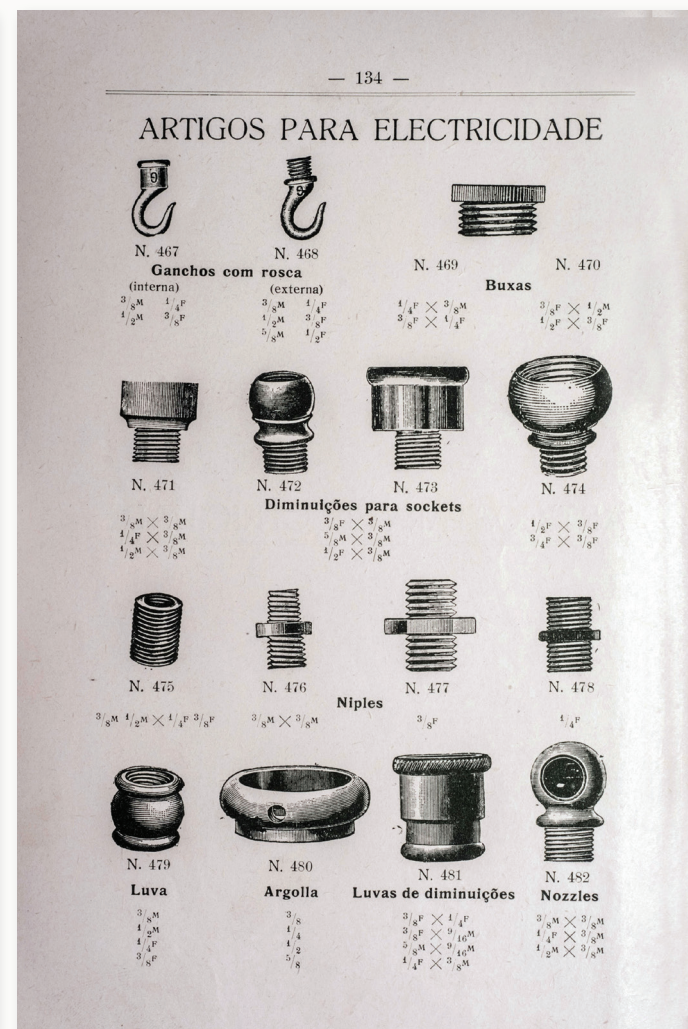
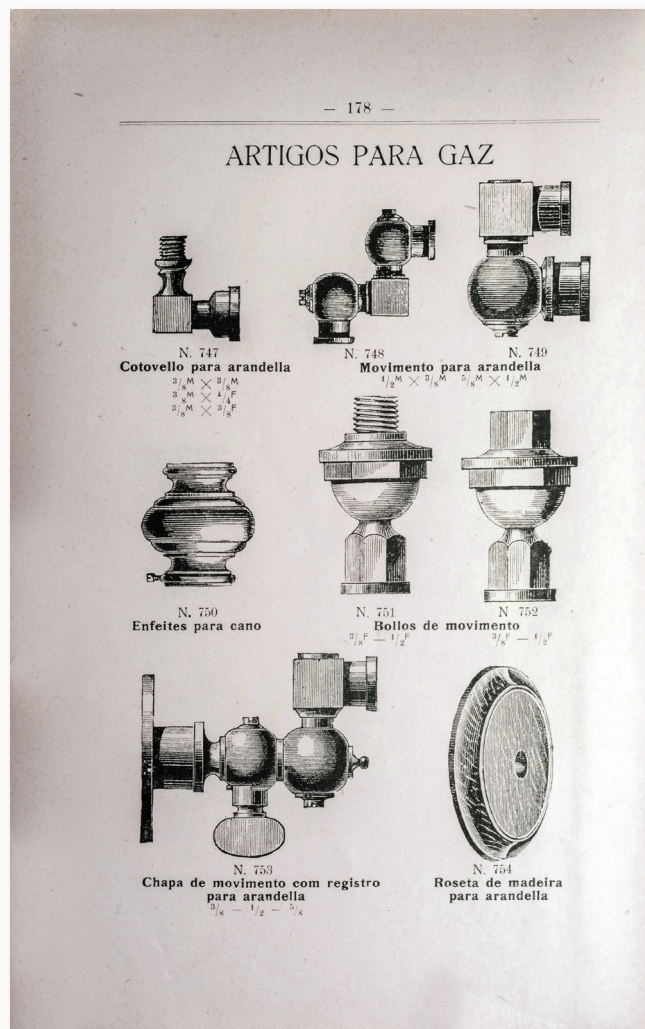
Com a desativação dos últimos lampiões, a Companhia voltou-se ao fornecimento de gás para fins domésticos e industriais. Investiu em fogões e aquecedores, promovendo novas formas de conforto urbano e transformando hábitos do lar.



No antigo Solar da Marquesa, atual Museu da Cidade, a Cia de Gás montou uma luxuosa loja para "vender" os benefícios do gás para um lar moderno.

A fundação da Casa da Boia, em 1898, coincide com o período de consolidação dessas redes de infraestrutura urbana implantadas na capital paulista. Os produtos comercializados na loja da Rua Florêncio de Abreu foram, de certo modo, instrumentos materiais da modernização do espaço urbano paulistano, atendendo desde as próprias companhias quanto os consumidores que necessitavam adequar suas casas e estabelecimentos.

No catálogo comercial da década de 1920, observa-se, nas seções dedicadas aos artigos para vapor, fogões econômicos e eletricidade, que a empresa procurava atender simultaneamente às demandas das duas companhias — a Light e a San Paulo Gas Company — participando ativamente das transformações tecnológicas que redefiniram a vida doméstica e industrial na cidade.



Do gás à eletricidade, Rizkallah Jorge, atendo ao que acontecia, direcionava sua produção para atender as demandas geradas por ambas as tecnologias.

Os livros-caixa preservados em nosso acervo reforçam essa presença, registrando as duas empresas como clientes diretas da indústria da Casa da Boia.

Esses registros não apenas revelam a inserção da empresa na cadeia produtiva da modernização urbana, como também testemunham as interdependências entre o comércio local e os grandes empreendimentos estrangeiros que moldaram o cotidiano paulistano.

Mais de cem anos depois, a crítica tecida pelo jornal A Gazeta ainda ressoa.

As tarifas de energia, o custo do gás e o acesso desigual à infraestrutura permanecem temas sensíveis, com programas governamentais como o Gás do Povo tentando, ainda hoje, equalizar essas diferenças.

O gás, que iluminava as vitrines do progresso, lançava também sombras profundas sobre a desigualdade urbana. A cidade moderna se construiu sobre promessas de universalização, mas o que se consolidou foi um modelo em que o conforto era uma mercadoria e usufruí-lo, um privilégio.

A Casa da Boia é testemunha dessas transformações do espaço urbano. Em seu acervo, tubos, registros e outros objetos guardam a memória material de diferentes projetos de cidade — lembrando-nos que toda infraestrutura carrega em si não apenas uma história técnica, mas também uma história social.

Registros dos livros-caixa da Casa da Boia mostram que tanto a cia de gás quanto a de eletricidade eram assíduas compradoras dos produtos fabricados pela empresa.

| | |
|------------------------------------|--------|
| São Paulo, 30 de Setembro, de 1905 | |
| Transporte | 218600 |

| | |
|----------------------|-------|
| 9 K. Melchiorri & Co | 12900 |
| George Bagget & Son | 96000 |
| Companhia de Gás | 15000 |
| Hugo Heise & Co | 80000 |
| R. Cardinale | 6100 |

| | |
|----------------------|-------|
| Erica & Co | 10000 |
| 1 Hermann Theil | 96000 |
| Companhia de Gás | 4000 |
| A. Oliveira da Rocha | 11000 |
| Jm Lombardo & Irmão | 14000 |

| | |
|-------------------------------|--------|
| 22 F. Peatarazzo & Cia | 72100 |
| Pires Fronteira & Cia | 5000 |
| The S. G. E. Light & Power Co | 62000 |
| 23 Casa Arenis | 126000 |

Referências

A Gazeta. Os vampiros do povo - a rapina sistematizada do sindicato do gás.
São Paulo. 17 de julho de 1915. capa.

A Gazeta. Os vampiros do povo - mil e quinhentos contos que os donos não tornam a ver.
São Paulo. 19 de julho de 1915. capa.

SILVA, João Luiz Máximo da Cozinha Modelo.
São Paulo: EdUSP, 2008

Imagens:

Reportagem Inicial da Gazeta: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763900&Pesq=lampe%c3%a3o&i-d=646008180811&pagfis=3767> (edição 2826)

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763900&Pesq=lampe%c3%a3o&i-d=646008180811&pagfis=3775> (edição 2827)

Fachada da Companhia: <https://energiasaneasp.pergamum.com.br/acervo/58790>

Imagens do Gasômetro, da Casa das Retortas: <https://artsandculture.google.com/story/BAVBQOBwRhUw?hl=pt-br>

Fonfon- Anuario

Acervo Casa da Boia

**CASA DA
BOIA**

**METAIS E HIDRÁULICA
DESDE 1898**

*Diretor: Mario Rizkallah
novembro, 2025*



Casa das Retortas, no Brás. Acervo Fundação Energia e Saneamento.